

Agenda 2030 a inescapável saída pós-pandemia

Santiago Alcázar, Paulo Marchiori Buss, Luiz Augusto C. Galvão e Paulo Gadelha

A Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram apresentados ao mundo por seus líderes no início da 70ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em setembro de 2015. A sua importância reside na ambição da proposta encapsulada no título da resolução encaminhada àquela AGNU: *Transformando o nosso mundo*. A intenção política da Agenda é explicitada em 59 parágrafos resolutivos. As ações necessárias para efetivar aquela intenção são definidas na continuação no estabelecimento dos ODS e de suas metas.

A pandemia da Covid-19, como se sabe, afetou profundamente a implementação dos ODS. Existe, entretanto, um consenso generalizado de que a Agenda e os seus ODS constituem a melhor saída para a pandemia, bem como para a recuperação pós-pandemia.

Este capítulo foca na situação da Agenda 2030 e seus ODS no biênio 2020-2021, buscando identificar os principais avanços e retrocessos, assim como as principais medidas necessárias para sua retomada, no contexto atual da pandemia de Covid-19.

CONSELHO ECONÔMICO SOCIAL (ECOSOC) DAS NAÇÕES UNIDAS

O Conselho Econômico Social (Ecosoc) das Nações Unidas é um dos seis órgãos que emanam da Carta das Nações Unidas. É a principal instância para dis-

cussão e acompanhamento dos temas econômicos, sociais e de meio ambiente. Conta com os seguintes cinco órgãos de apoio regionais: 1) Comissão Econômica para África (CEA); 2) Comissão Econômica para Europa (CEE); 3) Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal); 4) Comissão Econômica e Social para Ásia e o Pacífico (ESCAP); 5) Comissão Econômica e Social para o Meio Oriente (ESCWA, com a observação de que aquela região se denominava *Ásia Ocidental*, ou *Western Asia*, em inglês).

Ademais das Comissões Regionais, o Ecosoc conta com o apoio de comissões funcionais, entre as quais caberia mencionar a Comissão para o Desenvolvimento Social, a Comissão de Estatística, a Comissão sobre a Situação da Mulher, a Comissão sobre População e Desenvolvimento, a Comissão sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. Há ainda distintos grupos de peritos e comitês permanentes (a exemplo do Comitê sobre Organizações Não Governamentais e do Comitê de Coordenação de Programas). A estrutura do Ecosoc, como se pode ver, é de grande complexidade (Ecosoc, 2021).

Acrescente-se a essa estrutura institucional complexa a plataforma, única no mundo, que reúne políticos, acadêmicos, fundações, jovens, empresários e mais de 3.200 ONGs registradas e que podem, em concordância com a Resolução Ecosoc n. 1.996/31, apresentar as suas respectivas visões sobre assuntos das áreas de economia, social e de meio ambiente.

FORO POLÍTICO DE ALTO NÍVEL (FPAN) 2021

O espaço político mais importante no âmbito do Ecosoc é o Foro Político de Alto Nível (FPAN). A principal atribuição do Foro é o acompanhamento da Agenda 2030 e dos seus ODS, bem como o monitoramento de sua implementação. É preciso esclarecer que cabe aos Estados-membros a efetiva implementação dos ODS e de suas metas por meio das respectivas políticas nacionais. Ao FPAN compete examinar os relatórios, nacionais e dos órgãos subsidiários, avaliar progressos e emitir recomendações.

Os relatórios nacionais são conhecidos como Revisões Nacionais Voluntárias (RNVs) e devem ser executados pelos governos, com ampla participação da sociedade. Todos os anos, um grupo de países submete ao FPAN as suas respectivas RNVs, geralmente sobre alguns dos ODS, previamente acordados por aquele foro.

O FPAN foi criado em 2012 por mandato da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Naquela ocasião, os Estados-membros, conscientes de que o novo milênio trazia em sua bagagem ameaças graves à humanidade, adotaram documento final, que tem o sugestivo título *O futuro que queremos* (UN, 2012). O documento foi adotado pela 66ª sessão da AGNU como Resolução A/RES/66/288. O propósito dos líderes era unir esforços para livrar o mundo dos flagelos que se originam em sua maior parte da pobreza e das ini-

quidades econômicas e sociais. Nesse contexto, acordaram avançar na linha dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), cujas metas deveriam ser alcançadas até 2015. Na Rio+20, já se sabia que aquelas metas não seriam alcançadas na data-limite. Ainda assim, decidiram dobrar a aposta e preparar o terreno para o que viria a ser conhecido como a Agenda 2030. O FPAN seria o instrumento para elevar o monitoramento ao mais alto grau político e assim garantir a implementação nacional dos compromissos acordados pelos líderes.

É oportuno deixar constância da enormidade da Agenda 2030, que constitui o compromisso intergovernamental axial para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas e tem como caudatários acordos intergovernamentais fundamentais, entre os quais: a *Agenda de Ação de Addis Abeba (AAAA)*, um marco global para o financiamento do desenvolvimento sustentável e parte integrante da Agenda 2030; o *Acordo de Paris* para a redução do aquecimento global; a *Estrutura de Sendai para Redução de Risco de Desastres*; a *Nova Agenda Urbana (Habitat III)*, que trata dos sistemas urbanos e da forma física das cidades para a sustentabilidade; a *Trajatória de Samoa* para o desenvolvimento sustentável em pequenos países insulares; as propostas resultantes da 2ª Conferência da ONU sobre *Cooperação Sul-Sul*.

Todo ano, o FPAN adota um tema, que reflete a principal dimensão do desenvolvimento sustentável que se quer sublinhar. No período da 74ª sessão do Ecosoc, em 2020, em plena pandemia, o tema escolhido foi *Ação acelerada e caminhos transformadores: implementando a década de ação e de entrega para o desenvolvimento sustentável*. A expressão *ação acelerada* parecia indicar a necessidade de redobrar os esforços para corrigir a defasagem e, naturalmente, dedicar maior quantidade de recursos financeiros. Como se sabe, não foi o que aconteceu, com grande prejuízo para os ODS.

Em 2021, na 75ª sessão, o FPAN adotou o tema *Recuperação sustentável e resiliente da pandemia da Covid-19, que promova as dimensões econômica, social e ambiental para o desenvolvimento sustentável: construindo um caminho inclusivo e efetivo para alcançar a Agenda 2030 no contexto de ação e entrega para o desenvolvimento sustentável*. Os ODS escolhidos para exame da implementação nesse período seriam os seguintes: 1 (eliminação da pobreza); 2 (fome zero); 3 (saúde e bem-estar); 8 (trabalho decente e crescimento econômico); 10 (redução das desigualdades); 12 (produção e consumo responsáveis); 13 (ação climática); 16 (paz, justiça e fortalecimento institucional); e 17 (parcerias). Evidentemente, há que se levar em conta que os ODS são interligados e não podem ser considerados de maneira isolada. Cada um tem reflexo em todos os outros e, assim, devem ser considerados em conjunto.

A agenda foi rica e complexa, como se pode verificar no programa anotado de reuniões (UN, 2021a), tendo como pano de fundo a pandemia da Covid-19. O FPAN recebeu Revisões Voluntárias Nacionais (RVNs) de 42 países. Tendo em

conta o severo impacto da pandemia em todo o mundo, é notável que tenham conseguido o que, para muitos, constitui uma verdadeira façanha. A maioria das mensagens das RVNs sublinha o impacto devastador sobre a economia, com consequências no aumento do desemprego, dívida e recessão. Muitas enfatizam o impacto sobre a dimensão social, insuficiências nos serviços de saúde e de educação e aumento da desigualdade de gênero. As mensagens descrevem medidas para reestruturar programas existentes, alinhando recursos e esforços para integrá-los à resposta à Covid-19.

As RVNs são imprescindíveis para se conhecer o grau de comprometimento de alguns países com a Agenda 2030. Não são suficientes, no entanto, para conhecer os avanços e retrocessos em escala global. Para isso, são necessários relatórios dos órgãos subsidiários e de outras organizações internacionais. O relatório do secretário-geral das Nações Unidas é o resultado daqueles vários *inputs*. É isso que veremos a seguir, ainda que de maneira perfunctória.

AVANÇOS E RETROCESSOS: O RELATÓRIO DA ONU SOBRE OS ODS

Já se disse que a pandemia afetou negativamente o andamento da implementação dos ODS, ocorrendo em muitas instâncias preocupante regressão. É sabido, no entanto, que os ODS estavam, antes, aquém das metas esperadas, fragilizando ainda mais o impacto da pandemia da Covid-19. Em seu relatório 2021 sobre os ODS, o secretário-geral das Nações Unidas enfatiza essa circunstância do seguinte modo:

Se o paradigma (proposto na Resolução A/RES/70/1) tivesse sido abraçado nos últimos seis anos, o mundo teria estado mais bem preparado para enfrentar essa crise – com sistemas de saúde mais robustos, cobertura de proteção social expandida, resiliência que provém de sociedades igualitárias e um meio ambiente mais sadio. (UN, 2021b)

Não é este o lugar para passar em revista os avanços e retrocessos do conjunto dos ODS, nem mesmo daqueles escolhidos na sessão anterior do Ecosoc. Teria mais sentido aqui olhar um pouco mais de perto o impacto da Covid-19 sobre o aumento das iniquidades, da pobreza e da fome e, muito importante, sobre a emissão de gases de efeito estufa. Melhoras significativas nessas áreas poderiam ser definitivamente transformadoras com reflexos positivos sobre os demais ODS.

Com relação às iniquidades, o que se viu foi um aumento do racismo, da xenofobia, da intolerância e da violência. Os segmentos menos favorecidos na sociedade são sempre os que sofrem as piores consequências quando ocorre alguma calamidade. A Covid-19 produziu uma catástrofe. Desemprego, sobretudo no setor informal da economia, proteção social insuficiente e incerta e encarecimento de alimentos e produtos básicos convergem para uma tormenta perfeita de desassistência, que se agrava com a precariedade dos serviços de saúde, incapazes

de atender ao assustador número de infecções graves. Se a pandemia deixou alguma certeza é de que as iniquidades dentro dos países aumentaram e anularam todos os esforços para reduzi-las. Reverter os retrocessos causados pela pandemia não será fácil e talvez reclame esforços muito maiores do que aqueles imaginados. É incerto, contudo, se a vontade política estará à altura do titânico desafio, se a história da implementação dos ODS puder servir de critério.

As desigualdades entre os países também aumentaram. Em 2020, a corrida desenfreada para conseguir acumular máscaras, equipamentos de proteção individual e respiradores chegou ao ponto de lembrar atos de pirataria. Nos aeroportos, agentes de países conseguiam desviar cargas mediante melhor oferta. Em 2021, foi a vez das vacinas. Compras antecipadas garantiram que a distribuição não somente seria desigual, seria imoral. Enquanto dez países detinham 75% de todas as vacinas produzidas, os países em desenvolvimento tinham enorme dificuldades em conseguir porcentagens insuficientes para as suas respectivas populações. O secretário-geral (SG) das Nações Unidas não deixa dúvida sobre a enormidade do fracasso moral ao apontar que as economias avançadas conseguiram imunizar mais de 60% de suas populações respectivas, mas a África inteira, apenas 2%. A desigualdade entre os países tende a aumentar ainda mais com o desequilíbrio vacinal, criando um terreno fértil para suspeitas e desconfianças no plano internacional, que não contribuem para a necessária união para a solução de problemas que escapam às capacidades individuais.

Com relação à pobreza, os dados do Secretariado confirmam que, pela primeira vez em mais de vinte anos, o número de pessoas vivendo na pobreza aumentou em aproximadamente 120 milhões. A curva da pobreza extrema global, que vinha caindo, virou e voltou a subir. A interpretação mais clara é de que, assim, o objetivo de erradicar a pobreza até 2030 torna-se muito difícil e, talvez, impossível. Não se trata de pessimismo inconsequente. O relatório do SG sublinha que existiriam 4 bilhões de pessoas sem qualquer tipo de proteção social. Sabe-se que uma doença pode puxar as pessoas a dificuldades financeiras, às vezes insuportáveis. Não se sabe, por enquanto, que impacto uma eventual continuação da pandemia poderia ter sobre 4 bilhões de pessoas sem qualquer tipo de proteção social. A observação é relevante diante da informação do relatório do SG segundo a qual 209 países e territórios anunciaram mais de 1.600 medidas de proteção social de curto prazo. Não seria descabido imaginar, nesse contexto, que o número de 120 milhões de pessoas vivendo na pobreza poderia empalidecer diante da possibilidade da continuação da pandemia ou do surgimento de uma outra que, associada à continuação de conflitos e descuido com o meio ambiente, poderia configurar o que talvez venha a ser a última tragédia humana.

O aumento da pobreza certamente varrerá muitas conquistas sanitárias e poderá criar condições para o surgimento de novas emergências de saúde de consequências desconhecidas.

A fome zero é outro objetivo prejudicado pela pandemia da Covid-19. Segundo o relatório do SG, em 2020, entre 83 milhões e 132 milhões de pessoas a mais passaram a sofrer fome crônica. Os números são impressionantes. Em 2019, aproximadamente 690 milhões de pessoas, ou o equivalente a 8,9% da população mundial, passaram fome.

O número de pessoas vivendo em insegurança alimentar está estimado em 2 bilhões, ou o equivalente a 25,9% da população mundial. É quase uma evidência de que o objetivo de se alcançar a fome zero não será atingido em 2030, a não ser que mudanças transformadoras profundas sejam postas em marcha imediatamente. O desafio, no entanto, é enorme. No atual cenário, a produtividade média do pequeno produtor de alimentos é muito menor que a das grandes corporações que, ademais conseguem um lucro muitas vezes superior, levantando ainda mais a barreira que teria que ser superada para alcançar aquele objetivo. A Cúpula dos sistemas alimentares poderia contribuir para transformações necessárias e voltadas para a justiça social. Infelizmente, entretanto, o processo preparatório teria sido sequestrado pelas grandes corporações, com a exclusão de segmentos da sociedade civil, segundo o que escreveu o relator independente escolhido pelo SG para acompanhar aquele processo.

O aumento das emissões de gases de efeito estufa, não obstante a redução das atividades econômicas, pode parecer um absurdo, mas foi exatamente o que aconteceu, alcançando novo recorde. Como se sabe, os gases de efeito estufa contribuem para o aquecimento global. O Acordo de Paris sobre mudanças climáticas estabelece o limite de aquecimento global em 1,5° C acima dos níveis pré-industriais relativos ao período 1850-1900. Atualmente, a temperatura média global está 1,2° C acima daquela base. A margem, como se pode ver, é muito estreita.

O Acordo de Paris estabelece que todos os Estados Partes do Acordo preparem, comuniquem e mantenham os seus respectivos compromissos conhecidos como Contribuições Voluntárias Nacionalmente Determinadas (CVNDs) que pretendem alcançar. Até maio de 2021, 192 Partes da Convenção¹ comunicaram as suas respectivas metas, que são as primeiras desde a entrada em vigor do Acordo de Paris.

Anúncia preocupante foi dada pelo secretário-geral por ocasião do lançamento do relatório do Acordo de Paris, em 17 de setembro, às vésperas do início do debate geral da 76ª sessão da AGNU. Com efeito, esperava-se que a meta de redução de 45% das emissões até 2030, com vistas a se alcançar em 2050 a neutralidade de carbono, seria atingida. Infelizmente, os últimos dados confirmam aumento em 16% da emissão daqueles gases, com sérias consequências para o aumento do aquecimento

¹ O Acordo de Paris sobre mudanças climáticas é uma maneira informal de se referir à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, concluída em 2016. O Acordo prescreve medidas de redução de gases de efeito estufa a partir de 2020. Por essa razão, é importante que 192 Estados Partes tenham informado as suas respectivas CVNDs.

global para além do limite de 1,5° C. Se as ambições para reduzir as emissões forem mantidas no mesmo nível, a temperatura global média poderia situar-se 2,7° C acima do limite, comprometendo talvez de maneira irreversível a vida no planeta.

A mensagem do SG parece ativar um alerta vermelho, mas não descarta uma possibilidade de mudança, ainda que pequena. O G-20 responde por aproximadamente 80% das emissões. Cabe a ele, portanto, as medidas que podem definir o futuro. Pede atenção, nesse contexto, para que os líderes adotem medidas de mudança de rumo com urgência. Apela para o compromisso de os países desenvolvidos destinarem os 100 bilhões de dólares aos países em desenvolvimento, conforme promessa anunciada na Rio+20, até agora não cumprida. Faz também apelo aos bancos de desenvolvimento multilaterais (MDB, na sigla em inglês) para que financiem ações que resultem em resiliência para suportar eventual piora do impacto climático.

Os relatórios do Secretariado das Nações Unidas sobre os ODS, no entanto, são apenas um lado da moeda. O outro é a resposta do FPAN que os considera e encaminha com recomendações ao principal órgão das Nações Unidas: a Assembleia Geral, que no período que nos concerne é a 76ª sessão, iniciada no dia 14 de setembro. O resultado mais importante do FPAN, portanto, é a declaração ministerial que, ao considerar os relatórios, veste os *inputs* e as recomendações com sentido político. É isso que examinaremos a seguir.

A DECLARAÇÃO MINISTERIAL DO FPAN

As principais mensagens do FPAN, antes da aprovação da Declaração Ministerial, foram elaboradas durante as reuniões e os debates que se realizaram de 6 a 15 de julho. Entre aquelas, valeria a pena destacar algumas que incidem sobre a Declaração. São elas as seguintes: 1) reconhecimento do impacto devastador da pandemia sobre os mais pobres e vulneráveis; 2) reconhecimento da imunização extensiva como bem público global e possibilidade de desenvolver plano global de vacinação; 3) reconhecimento da necessidade de renovar a solidariedade e a cooperação para alcançar equidade na vacinação e abordar profundas inequidades em todas as áreas; 4) reconhecimento de que a crise soa o alarme para a necessidade de mudanças transformadoras para as pessoas e o planeta; 5) reconhecimento da sinergia entre a Agenda 2030 e o Acordo de Paris; 6) reconhecimento de que os sistemas alimentares devem garantir segurança alimentar para uma população global em crescimento, sem perder de vista a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e da equidade; 7) reconhecimento da urgência de significativo apoio financeiro para os países em desenvolvimento, com vistas a reverter a tendência de perda dos ODS; 8) dobrar a ambição dos ODS.

Em grandes linhas, a Declaração reflete aquelas mensagens. Com efeito, aquele documento reitera o entendimento da Agenda 2030 como o mapa de caminho para a recuperação pós-pandemia. Por essa razão, defende o fortalecimento do multilateralismo e a necessidade de solidariedade global para a construção de sociedades inclusivas. As crises sanitárias e econômico-sociais deixaram à mostra vulnerabilidades e iniquidades dentro dos países e entre eles, acentuando fragilidades sistêmicas, riscos e ameaças para o avanço do ODS. A Declaração reconhece que no centro dos esforços de recuperação está o acesso equitativo a vacinas seguras e efetivas, bem como apoio financeiro adequado à enormidade dos desafios. Finalmente, a Declaração apresenta recomendações para acelerar o cumprimento dos ODS.

A principal crítica que se pode fazer com relação aos trabalhos do FPAN e os seus resultados é a timidez ante o que pode ser o maior desafio da humanidade. As mudanças climáticas em andamento podem já ser irreversíveis. O aumento e o aprofundamento das iniquidades em todas as áreas podem resultar em uma circunstância irreversível. A pobreza e a fome estão em franca ascensão, e não pareceria que as medidas sugeridas para combatê-las possam reverter esse quadro trágico. Ante tal cenário desesperante, o apoio financeiro proposto é de fato muito tímido, deixando a impressão de que os corações e mentes dos líderes não se orientam pela mesma bússola.

Entende-se que a mensagem do FPAN não poderia ser muito diferente daquelas que emanaram dos encontros anteriores dos líderes, entre os quais caberia mencionar a Cúpula do G-20 sobre saúde global, realizada em 21 de maio, em Roma, e a Cúpula do G-7, realizada de 11 a 13 de junho, em Carbis Bay. É interessante comparar os panos de fundo daqueles dois eventos.

ANTECEDENTES DO FPAN: G-20 SOBRE SAÚDE GLOBAL E G-7

Em Roma, os líderes não ignoravam os debates no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a proposta de África do Sul e Índia de suspensão temporária de patentes para vacinas e produtos de e para a saúde. Aquela proposta vinha recebendo o apoio de mais de 120 países e de um grupo de notáveis de ex-líderes mundiais, Prêmios Nobel e personalidades. Dias antes da Cúpula, o presidente Joe Biden manifestaria a sua adesão. Parecia a todos então que as *mudanças transformadoras* poderiam estar em andamento. A Cúpula, porém, não fez qualquer menção à proposta e limitou-se a recomendar que as flexibilidades contidas no principal instrumento internacional sobre patentes deveriam ser observadas no encaminhamento de soluções para a Covid-19.

Em Carbis Bay, havia outra proposta no ar que se esperava pudesse aterrissar. No início de junho, os chefes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da OMC e da Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiram comunicado

conjunto, pelo qual anunciavam plano de financiamento da ordem de 50 bilhões de dólares para acelerar a produção e a distribuição de vacinas contra a Covid-19, com vistas a imunizar 40% da população mundial até o final de 2021 e 60% até o final do primeiro semestre de 2022. Tal como a proposta de África do Sul e Índia, tampouco esta figuraria na declaração final.

AGENDA 2030 NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

A 4ª Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada sob os auspícios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), de 15 a 18 de março de 2021 (*Foro de los Países de América Latina y el Caribe Sobre el Desarrollo Sostenible, 2021a*). É o espaço político legitimado para debater e tomar decisões sobre a Agenda 2030 e seus ODS na região, como ocorreu neste evento, cujas conclusões e recomendações foram reunidas no documento LC/FDS.4/5, que se reporta a seguir (*Foro de los Países de América Latina y el Caribe Sobre el Desarrollo Sostenible, 2021b*).

O Fórum foi alimentado pelo documento *Construir um futuro melhor: ações para fortalecer a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, preparado pelo Secretariado da Cepal, o quarto informe sobre o progresso e os desafios regionais relativos à Agenda 2030 na ALC (*Foro de los Países de América Latina y el Caribe Sobre el Desarrollo Sostenible, 2021c*).

Como sempre ocorre nessas declarações, uma série de compromissos é reafirmada, seja com os conteúdos da Agenda 2030, seja com todo o elenco de acordos e declarações globais e regionais que dialogam com ela, sobre o que já se fez menção em parágrafos progressos. O recordatório é longo, assim como o são os compromissos do fórum de países mencionados na declaração com espaços políticos propostos para o decorrer de 2021, incluindo a 76ª AGNU e a COP 15, da biodiversidade, e a COP 26, do clima.

O Fórum foi unânime em reconhecer o forte impacto negativo da pandemia pela Covid-19 sobre um já combatido desenvolvimento econômico-social na região e uma desigualdade com ampliação galopante, que contava ainda com pesados passivos ambientais. Tempestade perfeita!

Os países reconhecem na declaração final que devem colaborar para o desenvolvimento de cada um, o que só ocorrerá com o desenvolvimento da região com um todo, cujas economias podem beneficiar-se mutuamente se houver vontade política. Com políticas sociais compensatórias, baseadas mesmo em experiências regionais progressas bem-sucedidas, defende o documento a ideia de que seria possível aproximar-se do cumprimento de bom punhado de ODS e suas metas até 2030.

A 76ª SESSÃO DA AGNU

Um dia antes da inauguração do debate geral da 76ª sessão da AGNU, realizou-se pela segunda vez o que se chama *SD Moment*. Trata-se de evento, à margem da AGNU, que serve de oportunidade para reiterar apoio à Agenda 2030 e aos seus ODS. O primeiro *SD Moment* realizou-se em 2020. Este ano, líderes, autoridades e personalidades desfilaram apoios ao mapa de caminho consensual para a recuperação pós-pandemia, bem como para a transformação do mundo. Nada de novo, no entanto.

Espera-se que a Cúpula dos sistemas alimentares, realizada em 23 de setembro, possa trazer notícias do *front* que venham dar esperança aos que sofrem os efeitos da Covid-19. É duvidoso, contudo, que assim possa ser em razão das sérias falhas em sua preparação, que privilegiou as grandes corporações e ignorou os pequenos produtores e segmentos importantes da sociedade civil.

No turbilhão de acontecimentos, muitos dos quais não produzem ventos de mudança, a voz do secretário-geral, António Guterres, chega com sentido de prioridade. Com efeito, em recente pronunciamento, o SG fez um apelo ao mundo para que se mobilize para pôr em andamento um plano global de vacinação que permita a imunização de até 70% da população mundial até a metade de 2022. Insistiu, na mesma ocasião, para se dedicar toda a energia para uma recuperação pós-pandemia sustentável e equitativa. Para isso, aponta o SG, são necessários investimentos ambiciosos em educação, sistemas de proteção social, saúde e empregos, pondo pessoas acima de lucros, como numa narrativa copernicana. E, finalmente, propõe a reforma do sistema financeiro internacional. Não há dúvida de que o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, seja um progressista. A questão é saber se o mundo está ouvindo e se está disposto a abraçar a mesma bandeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há que esquecer que a Agenda 2030 e os ODS gozam de alto grau de consenso em todos os quadrantes no mundo das Nações Unidas e dos principais foros políticos. O grande entrave para a realização dos ODS não é tanto a falta de declarações de apoio, mas a falta de compromissos políticos e financeiros concretos, tanto nos planos nacionais quanto no plano internacional. A Covid-19 trouxe à tona não somente os atrasos e a falta de empenho na consecução dos ODS, mas descarrilamentos graves que ameaçam o compromisso com a ideia manifestada em *O futuro que queremos*, de 2012.

O desafio da Agenda 2030 é enorme. As lideranças políticas parecem não estar à altura. Ou talvez não se deem conta de que as políticas, a economia e as fi-

naças em prática produzem o contrário do que almeja a decisão histórica de criar um futuro melhor para todos, como disseram em 2015, quando adotaram a Agenda 2030 e os ODS.

REFERÊNCIAS

FORO DE LOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE EL DESARROLLO SOSTENIBLE. Cuarta Reunión, 15-18 mar. 2021a. Disponível em: <<https://foroalc2030.cepal.org/2021/es>>. Acesso em: 28 set. 2021.

FORO DE LOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE EL DESARROLLO SOSTENIBLE. Conclusiones Y recomendaciones acordadas entre los gobiernos reunidos en la Cuarta Reunión del Foro de Los Países de América Latina y el Caribe sobre el desarrollo sostenible, 15-18 mar. 2021b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46733/S2100180_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 set. 2021.

FORO DE LOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE EL DESARROLLO SOSTENIBLE. Construir un futuro mejor. Acciones para fortalecer la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, 15-18 mar. 2021c. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46682/S2100125_es.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: 28 set. 2021.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL (ECOSOC). System. Disponível em: <www.un.org/en/ecosoc/about/pdf/ecosoc_chart.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

UNITED NATIONS (UN). A/CONF.216/L.1. The future we want, 19 June 2012. Disponível em: <www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

UNITED NATIONS (UN). Sustainable and resilient recovery from the Covid-19 pandemic that promotes the economic, social and environmental dimensions of sustainable development: building an inclusive and effective path for the achievement of the 2030 Agenda in the context of the decade of action and delivery for sustainable development. In: HIGH-LEVEL POLITICAL FORUM ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 6 July 2021a. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/278702021_HLPF_and_HLS_Annotated_Programme.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

UNITED NATIONS (UN). The sustainable development goals report, 2021b. Disponível em: <www.un-ilibrary.org/content/books/9789210056083/read>. Acesso em: 28 set. 2021.